



Estado do Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

LEI Nº 211/98

DATA: 21 de dezembro de 1.998

Súmula: Estabelece normas gerais para o serviço de transporte de passageiros em veículos das categorias automóveis de aluguel e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

LEI

CAPITULO I DO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

Art. 1º . O transporte de passageiros em veículo de categoria automóvel e utilitário de aluguel do Município, constitui serviço de utilidade pública, que somente poderá ser executado mediante prévia e expressa autorização da Prefeitura, a qual será consubstanciada pela outorga de Termo de Permissão e Alvará de Licença.

Parágrafo único. Os preceitos e sistemas relativos a este tipo de transporte reger-se-ão por esta lei e demais atos normativos que sejam expedidos pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º . O serviço de transporte de passageiros por táxi, será prestado exclusivamente por pessoa física, motorista profissional autônomo.

Art. 3º . Compete privativamente ao Prefeito Municipal, mediante decreto, fixar os pontos de estacionamento dos veículos e a sua localização, observadas as necessidades locais, tanto da cidade como das localidades do interior do Município.

Art. 4º . A revogação do termo de Permissão por parte do Município, poderá ocorrer a qualquer tempo, quando proposta pela Prefeitura Municipal, não cabendo ao permissionário qualquer direito ou indenização.

Art. 5º . Os táxis do Município, em serviço, somente poderão ser dirigidos por motoristas devidamente inscritos no Órgão de sua categoria e na Previdência Social Urbana.

Art. 6º . Caberá ao Departamento de Tributação da Prefeitura a elaboração de planos de estudos, inclusive sobre tarifas, observada a competência federal sobre a matéria e pontos de estacionamento, constando normas diretivas para regulamentação desta lei e exploração dos serviços de transporte de passageiros em veículos de categoria automóvel de aluguel no Município, submetendo-se a este Departamento, a fiscalização do cumprimento das normas estabelecidas nesta lei ou regulamentos.

Art. 7º . Fica ainda autorizada a concessão de Termo de Permissão e Alvará de Licença à motorista profissional para um conjunto com co-proprietários, explorarem um único ponto de estacionamento, utilizando para tanto um veículo.

Parágrafo único. Ao motorista profissional quando fornecida a permissão nos termos deste artigo, serão, no que couber, feitas as mesmas exigências previstas nesta lei e regulamentos.

6





Estado do Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

Art. 8º . A revogação do Termo de Permissão por parte do município, poderá ocorrer a qualquer tempo, quando proposta pelo Departamento de Tributação, originada em inquérito onde se configure a infração do permissionário às normas e regulamentos em vigor, assegurada ampla defesa da parte.

Art. 9º . Os veículos a serem utilizados no serviço definido nesta lei, deverão ser dotados de 2 (duas) e 4 (quatro) portas, das categorias automóveis ou utilitários, que se encontrarem em bom estado de funcionamento, segurança, higiene e conservação, tudo comprovado através de vistoria prévia e satisfazendo as exigências legais.

§ 1º . Os veículos da categoria automóveis, dotados de duas portas não poderão, em qualquer hipótese, exceder a 10 % (dez por cento) do total de taxi em circulação no Município e não poderão da mesma forma, transportar mais de três pessoas.

§ 2º . Se o número de veículos da categoria automóveis dotados de duas portas, já em serviço, ultrapassar o número fixado neste artigo, as permissões para este tipo, serão suspensas até que se obtenha a proporcionalidade.

§ 3º . A vistoria prévia a que se refere o presente artigo deverá ser renovada a cada doze meses.

Art. 10 . Além de outras condições a serem estatuídas em regulamentos, os veículos devem ser dotados de:

- I – caixa luminosa com a palavra “TÁXI” sobre o teto;
- II – cartão de identificação do proprietário e condutor;
- III – tabela de preço fornecido pelo Departamento de Tributação.

Art. 11 . Os permissionários deverão substituir seus veículos após completados dez anos de fabricação.

Parágrafo único. Não serão renovados ou transferidos os Alvarás de Licença e Permissão dos veículos que atingirem o limite fixado neste artigo.

CAPÍTULO II DAS PERMISSÕES

Art. 12 . As Permissões a serem outorgadas pelo Município, se farão mediante licitação com ampla divulgação, através de edital com prévia publicação de trinta dias.

Art. 13 . Somente poderão participar de licitação os motoristas profissionais autônomos, portadores dos seguintes documentos:

- I – carteira de habilitação profissional;
- II – folha corrida fornecida pelo juízo da Comarca;
- III – atestado de vida e residência fornecido pela Delegacia de Polícia;
- IV – certidão negativa de débitos com a Fazenda Municipal;
- V – atestado de sanidade física e mental e atestado de bons antecedentes policiais;
- VI – certidão fornecida pelo Município que prove não ser o mesmo ou respectivo cônjuge, concessionário, permissionário de qualquer outra atividade econômica no Município;
- VII – quitação militar e eleitoral;
- VIII – cadastro de pessoa física.

6





PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

§ 1º . A folha corrida e o atestado de Vida e Residência, previstos neste artigo, deverão ser fornecidos respectivamente, pelos cartórios criminais e delegacias de polícia, onde o interessado esteve com residência e domicílio nos últimos dois anos.

§ 2º . O critério para classificação, será determinado pelo número de vagas no Ponto de Táxi, definido pelo Executivo Municipal, através de Decreto.

§ 3º . Para classificação a comissão considerará o seguinte:

I – veículo mais novo, considerando o ano de fabricação;

II – veículo de quatro portas;

III – não ter outra fonte de renda na família;

IV – que reside há mais tempo no Município;

V – necessidade econômica do participante.

Art. 14 . As licitações serão julgadas por uma comissão, composta por três pessoas, designada pelo Executivo Municipal, em lugar e hora pré determinada em edital, na presença dos proponentes.

Art. 15 . A Permissão é intransferível e dado por prazo indeterminado, desde que atenda as exigências da presente lei.

CAPÍTULO III

DOS PONTOS DE ESTACIONAMENTO

Art. 16 . A nenhum permissionário é permitido estacionar o veículo em qualquer ponto de estacionamento sem que tenha o Alvará de Licença Municipal e Termo de Permissão sob pena de apreensão do veículo.

Art. 17 . O Alvará de Licença conterá obrigatoriamente, além dos dados necessários, a sua caracterização:

I – número de ordem;

II – nome do permissionário;

III – número da Carteira de Habilitação;

IV – número do ponto de estacionamento.

Art. 18 . A nenhum permissionário será facultado ceder o uso de seu veículo, senão a outro condutor profissional, desde que este atenda as exigências desta lei e mediante autorização da Prefeitura.

Art. 19 . O permissionário só poderá substituir seu veículo por outro da mesma característica e com ano de fabricação igual ou superior ao permitido na licitação.

Art. 20 . O proprietário que transferiu, por venda seu veículo a terceiros, fica obrigado a comunicar o feito a Prefeitura Municipal por escrito, no prazo de cinco dias, ficando sujeito a cassação do Alvará de Licença e apreensão do veículo.

Art. 21 . Nos pontos de estacionamento, os proprietários e condutores deverão portar os documentos de habilitação, o Alvará de Licença e outros que forem exigidos pela Legislação Federal, Estadual e Municipal.

Art. 22 . O Departamento de Tributação do Município, procederá fiscalização periódica nos pontos de Táxi, visando o bom atendimento ao usuário e organização dos serviços, obrigando os permissionários a observância dos seguintes itens:

I – tratamento polido aos passageiros;

II – não prejudicar seus concorrentes, valendo-se de processos escusos na disputa da lotação;

6





Estado do Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

- Prefeitura Municipal;
- III – não se afastar do veículo, salvo em caso de força maior;
 - IV – não estacionar em fila dupla;
 - V – não cobrar preços superiores aos estabelecidos pela Prefeitura Municipal;
 - VI – zelar pela conservação das placas indicativas do ponto de estacionamento e asseio do local;
 - VII – não dirigir em hipótese alguma, sob efeito de álcool ou estimulantes.

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23 . A inobservância desta lei e deveres, sujeitarão ao permissionário a aplicação do disposto no artigo 28 desta lei.

Art. 24 . São vedados aos permissionários:

- I – mudança para outro ponto de estacionamento;
- II – a utilização de sinais não permitidos pela Prefeitura;
- III – recusar passageiros, exceto se o mesmo se achar em estado de embriaguez ou se for portador de moléstias repugnantes visíveis, ou ainda se tratar de delinquentes.

Parágrafo único. Havendo suspeita quanto a idoneidade do passageiro, o condutor do veículo poderá exigir documentos comprobatórios de sua identidade ou se necessário, apresentá-lo à autoridade competente para identificação.

Art. 25 . Os pontos de estacionamento poderão a qualquer tempo serem transferidos para outros locais, mediante Decreto, sem que caibam aos permissionários quaisquer indenizações.

Parágrafo único. A mudança de que trata este artigo, só poderá ser feita, após prévia avaliação por uma comissão composta por pessoas do Município e que visem interesse de ordem pública ou para aperfeiçoamento dos serviços.

Art. 26 . Será cassada a permissão do permissionário quando:

- I – for utilizado o veículo para outras atividades que não seja o serviço de táxi;
- II – não for comunicado à Prefeitura, através de requerimento, quando o veículo estiver em reforma ou reparos e ficar parado por mais de três dias consecutivos;
- III – deixar de exercer efetivamente a atividade no ponto fixado.

Art. 27. O Poder Executivo, por Decreto, em razão da inobservância das obrigações e deveres estatuídos nesta Lei, estabelecerá as seguintes sanções gradativas a que se sujeitará o infrator, aplicadas separadas ou cumulativamente:

- I – advertência verbal;
- II – advertência por escrito;
- III – multa;
- IV – suspensão do Alvará de Licença e do Termo de Permissão;

V – cassação do Alvará de Licença e do Termo de Permissão;

VI – impedimento para prestação de serviços.

Art. 28. Através de regulamento serão disciplinados os horários de trabalho diurno e noturno, fixando as penalidades de infração cometidas, cabendo ao órgão competente fiscalizar o disposto nesta Lei.





Estado do Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

Art. 29. Os titulares de Alvará de Licença, obtidos antes da vigência da presente lei, terão assegurado o direito de substituí-los, respeitadas as mesmas localizações, que foi deferida, outorgando-lhes o Termo de Permissão e Alvará de Licença, instituídos e regidos por esta lei, desde que requeiram no prazo de trinta dias de sua vigência e satisfeitas todas as exigências estabelecidas nesta Lei e regulamentos.

Parágrafo único. A inobservância do que estabelece este artigo, implicará na caducidade, de pleno direito, das licenças e permissões anteriormente cedidas.

Art. 30 . A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pérola D'Oeste, Estado do Paraná, aos vinte e um dias do mês de dezembro de 1998.


CELZARIO ENGELS
Prefeito Municipal

